**Projeto de Pesquisa:**

**Desenvolvimento Regional, Planejamento Público e Cooperativismo:**

**Caso do Litoral Norte do Rio Grande do Sul**

**Taquara – PPGDR-FACCAT**

**/**

**Osório – GPLNRS**

**Junho de 2018**

**SIGLAS UTILIZADAS NO PROJETO**

**AP(s) – Analista(s)/Planejador(es)**

**CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**

**COREDE - Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul**

**CP – Consulta Popular**

**EP(s) – Empreendedor(es)/Produtor(es)**

**FACCAT – Faculdade Integradas de Taquara**

**FACOS - Faculdade Cenecista de Osório**

**FEE – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul**

**GPLNRS - Grupo de Pesquisa do Litoral Norte do Rio Grande do Sul**

**IPTU – Imposto Predial eTerritorial Urbano**

**ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza**

**PPGDR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional**

**SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo**

**TC(s) – Trabalhador(es)/Consumidor(es)**

**INTRODUÇÃO**

Esse Projeto de Pesquisa está estruturado em três partes, para além desta breve Introdução. Na primeira, apresentamos a Estrutura da Pesquisa. Na segunda, listamos os recursos humanos e de capital já disponíveis e aqueles demandados ao CNPq-SESCOOP através do financiamento de custeio, capital e bolsas. Na terceira, apresentamos os resultados e impactos sociais, econômicos e ambientais esperados da Pesquisa. Consta, ainda, desse Projeto de Pesquisa um Apêndice com informações sobre “Histórico de Pesquisa em Cooperativismo” dos proponentes (tal como demandado pelo Edital), que fizemos acompanhar de um mini-currículo dos mesmos. Por fim, acrescentamos a Bibliografia que, ou foi citada no Projeto, ou - mesmo havendo sido eludida, por razões circunstanciais - é referência teórica da equipe.

**1) ESTRUTURA DA PESQUISA**

***1.1. Resumo:***

O atual Projeto de Pesquisa visa avaliar a adequação/similaridade/proximidade/consistência dos projetos e programas financiados com os recursos orçamentários conquistados pelo Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) da Região Litoral do Estado do Rio Grande do Sul através da Consulta Popular (doravante, CP) com aqueles projetos e programas:

1. demandados pelas Cooperativas e Organizações empresariais sediadas na Região Corede Litoral;
2. avaliados como os mais adequados à promoção do desenvolvimento regional pelo Grupo de Pesquisa Litoral Norte do Rio Grande do Sul (GPLNRS) a partir da Metodologia de Planejamento para o Desenvolvimento Econômico Territorial desenvolvida no interior do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (PPGDR-FACCAT).

Na base desta proposta encontra-se a percepção de que os instrumentos de democratização do Orçamento Público no Rio Grande do Sul em geral (e a CP, em particular) têm se mostrado insuficientes para promover a convergência de projetos e a adoção de alternativas que maximizem os ganhos coletivos. Pelo contrário, a alocação dos recursos usualmente tem sido definida a partir da capacidade de mobilização de segmentos específicos que buscam conquistar maiorias eventuais com vistas a impor seus interesses em detrimento de opções “second best” capazes de contemplar (pelo menos em parte) os interesses de todos.

Parte desta dificuldade encontra-se na pluralidade de grupos de interesse e na pluralidade das demandas sociais sobre o Orçamento Público. Afinal, os elementos definidores das demandas são os mais distintos, envolvendo nível de renda dos demandantes, local de moradia, inserção produtiva, educação formal, identidade étnico-cultural, posição política-ideológica, dentre outros. Quando estes componentes são agregados aos problemas particulares e contingentes de cada localidade, emergem inúmeros subgrupos com projetos, programas e prioridades tão distintos quanto dificilmente articuláveis. Em especial quando os valores orçamentários disponibilizados para a administração popular são mínimos (quando não insignificantes).

Não obstante, a despeito da enorme diversidade de projetos específicos, acreditamos que seja possível identificar três padrões típicos e alternativos de expectativas e demandas com relação à gestão fiscal-orçamentária do Estado. Estes três padrões de demanda sobre o Orçamento estão relacionadas com a inserção objetiva de cada cidadão (ou, pelo menos, com a *percepção* da sua inserção) na sociedade, definidora de sua postura e demandas frente o Estado: 1) Trabalhador-Consumidor; 2) Empreendedor-Produtor; 3) Analista-Planejador.

O “Trabalhador-Consumidor” (doravante, TC) percebe sua inserção social como essencialmente subordinada, e demanda do Estado o fornecimento de um conjunto de serviços públicos gratuitos (de educação, saúde, segurança, previdência, etc.) com vistas a conquistar um bem-estar para si e sua família superior àquele que teria acesso enquanto consumidor de renda média e/ou baixa. Usualmente, este agente toma as Receitas Públicas como “dadas”; de sorte que a disputa pela alocação e distribuição das mesmas assume a forma de um jogo de “soma-zero”: o único desdobramento do atendimento a uma demanda distinta da sua, é a restrição dos recursos disponíveis para o atendimento de sua própria. “Mais”, para os outros é o mesmo que “menos” para mim e os meus. Por isto mesmo, a estratégia mais adequada para a inclusão dos projetos que atende às suas demandas específicas é a conquista da maior representação possível nas assembleias e/ou votações. Acordos e concessões só são “racionais” quando fazem parte de estratégias voltadas à conquista da maioria.

O típico “Empreendedor-Produtor” (doravante, EP) tende a se ver como o legítimo agente do desenvolvimento. Como regra geral, este agente reconhece sua inserção econômica privilegiada, mas a vê como um desdobramento de seus méritos particulares: dedicação ao trabalho, competência intelectual e profissional, planejamento, poupança, etc. Para ele, o Estado, a princípio, tanto pode promover quanto obstaculizar o desenvolvimento. Ele o promove quando amplia a rentabilidade - e a capacidade de investimento - das distintas empresas, atividades e cadeias produtivas. E obstaculiza o desenvolvimento sempre que deprime esta mesma rentabilidade. Promover o desenvolvimento é diminuir os impostos, flexibilizar o mercado de trabalho e canalizar o orçamento para a construção da infraestrutura (essencialmente logística, em função do seu papel na depressão dos custos de distribuição das mercadorias). Obstaculizar o desenvolvimento equivale a ampliar salários e tributos e canalizar estes últimos para políticas sociais (demandados por TC) ao invés de canalizá-los para a ampliação e modernização da infraestrutura. Ao contrário do típico TC, o EP padrão **não** pensa o Orçamento como um valor dado, nem toma o jogo orçamentário como um jogo de soma-zero. Usualmente, defende a tese de que é preciso “primeiro crescer, para depois gastar com bem-estar social”. Vale dizer: entende que é possível contemplar demandas e interesses distintos **no tempo:** a adoção, **hoje**, de políticas públicas promotoras do desenvolvimento econômico, permitiria que as demandas típicas do TC fossem contempladas de forma ainda mais satisfatória **no futuro**.

Por fim, o típico “Analista-Planejador” (doravante, AP) é um agente cuja inserção produtiva não é estritamente, exclusivamente, privada e mercantil. Ele não opera sequer como um agente intermediário ao longo do gradiente “trabalhador assalariado / empresário capitalista”; vale dizer: não é um pequeno produtor independente, um microempresário, um empreendedor individual, um trabalhador do mercado informal, etc. Sua inserção produtiva é tal que lhe possibilita (e, no limite, exige) observar as conexões e relações de interdependência entre “agentes microeconômicos” (consumidores, famílias, firmas, empresas, setores, indústrias, etc.). Este agente social, como regra geral, tem formação universitária e atua como pesquisador, funcionário público e/ou como articulador político de distintos interesses privados (em Cooperativas, Sindicatos Patronais, Associações Comerciais, Centrais Sindicais, etc.). A visão “macro” imanente à sua peculiar inserção econômica e social usualmente se desdobra na percepção da viabilidade de compatibilização das demandas típicas de TCs e EPs ao longo do tempo e em todos os tempos (por oposição à contraposição entre “hoje” e “amanhã”, defendida por aqueles que se colocam na perspectiva típico de EPs). Não obstante, tende a ser cético com relação à possibilidade de construção democrático-participativa de orçamentos e políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas e a apostar em soluções de inflexão tecnocrática, onde os APs ocupariam o centro do processo de gestão, planejamento e orçamentação públicos.

Do ponto de vista dos signatários deste Projeto de Pesquisa, nenhuma das três perspectivas e posturas diante da questão orçamentária está rigorosamente correta. Nem rigorosamente equivocada. Na medida em que as mesmas se desdobram de inserções sociais objetivamente diferenciadas, todas comportam algum nível de pertinência. De sorte que – ao contrário do que pretenderia um típico AP - não há “solução tecnocrática” para a alocação de recursos orçamentários: é preciso debater e votar.

Não obstante, existe sim uma “hierarquia” em termos de compreensão da complexidade da relação entre orçamento atual, desenvolvimento e orçamento futuro. E, neste sentido, a concepção típica do TC é a mais limitada. E isto na medida em que tende a sobrestimar a disponibilidade de recursos públicos (e sua capacidade de fornecimento imediato de serviços públicos gratuitos de qualidade) e a subestimar o potencial do Estado na promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo no médio e longo prazo. A concepção do EP avança na medida em que rompe com a leitura de soma-zero e reconhece que os serviços “gratuitos” são pagos pelos impostos pagos pelos cidadãos. Mas é falaciosa ao postergar para um futuro indeterminado o atendimento de demandas cidadãs absolutamente legítimas do segmento que se coloca diante do Estado como TC. A perspectiva macro do agente AP é a mais sofisticada e teoricamente complexa, mas tampouco pode ser absolutizada sob risco de incorrer em desvios tecnocráticos. Em suma: debater é preciso. Reconhecendo as razões de cada um dos três agentes sociais típicos.

O problema crucial é que a representação numérica dos três grupos são muito distintas. Os EPs são uma minoria expressiva, economicamente hegemônica e politicamente influente. Mas, nem por isto, deixam de ser “minoria” em termos numéricos. E a grande maioria da população são (e assumem a postura frente o Estado de) TCs.

O desdobramento primeiro deste desequilíbrio numérico é que parcela expressiva de EPs e APs se contrapõe à democratização da Orçamentação Pública e trabalham politicamente para que os recursos administrados por sistemas de “CP” sejam os mais exíguos possíveis. O que leva a um processo de causação circular cumulativa: se os recursos são escassos, não há espaço para negociação e para atendimento de interesses distintos. A única estratégia coerente é a imposição da “ditadura da maioria”. Aprofundando o poder relativo de TCs e a resistência à democratização da gestão orçamentária por parte dos demais agentes e segmentos sociais.

Esse problema é deveras complexo. Mas está longe de ser insolúvel. Como o demostram inúmeras nações, regiões e comunidades marcadas por políticas públicas de desenvolvimento bem sucedidas e gestão democrática do orçamento. Um dos casos mais conhecidos de desenvolvimento da solidariedade e da implantação de sistemas democráticos de planejamento público é a chamada “Terceira Itália”, analisada no trabalho clássico de Robert Putnam (1996). Mas a bibliografia sobre o tema é muito mais vasta e diversificada[[1]](#footnote-1). Dentre esta, nos parecem particularmente instigantes as contribuições dos pesquisadores da Universidade de Pádua. Eles questionavam se existiriam sistemas e organizações econômico-produtivas mais consistentes com a tomada de consciência da comunhão de interesses de agentes sociais e produtivos que, inicialmente, viam a si mesmos como portadores de interesses opostos. E suas conclusões são contundentes: **sistemas produtivos encadeados – especialmente quando contam com elos produtivos organizados sob a forma de Cooperativas – são os sistemas econômicos mais adequados ao desenvolvimento da consciência dos ganhos econômicos globais derivados da solidariedade e da administração democrática e consensuada dos recursos públicos**[[2]](#footnote-2)**.**

**Ora, a teoria da Escola de Pádua foi objeto de avaliação e teste no Estado do Rio Grande do Sul**. Esta pesquisa contou com financiamento da União Europeia e com a colaboração das mais diversas instituições de Pesquisa do Rio Grande do Sul, envolvendo (dentre outras) a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Heuser (FEE), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). O relatório com os resultados da referida pesquisa – o Projeto COCAP - está disponível online (Paiva et al, 2013[[3]](#footnote-3)). **Nossa intenção é replicar e desenvolver a metodologia da Pesquisa COCAP no Litoral norte. E isto na medida em que acreditamos que o Litoral Norte do Rio Grande do Sul conta com as bases ideias para se constituir numa espécie de “laboratório” de análise e desenvolvimento dos processos gestão, planejamento e orçamentação solidárias e tecnicamente consistentes.** Senão vejamos.

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul vem apresentando taxas particularmente elevadas de crescimento demográfico nos últimos anos[[4]](#footnote-4) e uma performance econômica acima da média, associada ao crescimento da cadeia turística e associadas (em especial, a construção civil)[[5]](#footnote-5). O crescimento demográfico e econômico recente alimentou demandas de qualificação dos recursos humanos locais[[6]](#footnote-6), o que se resolveu na ampliação e diversificação das instituições de ensino técnico e universitário na região. O desenvolvimento do sistema educacional alimentou, por sua vez, a qualificação dos docentes das instituições locais de ensino. E esta demanda de qualificação foi parcialmente atendida pelo PPGDR-FACCAT e se resolveu na criação do GPLNRS.

O GPLNRS conta com profissionais altamente qualificados e que comungam de uma formação teórica homogênea e referenciada na Metodologia de Análise e Planejamento Regional do PPGDR-FACCAT (que incorpora elementos da Teoria Econômica da Solidariedade da Escola de Pádua). Além disso, a maior parte dos membros do GPLNRS é domiciliado na região e participa ativamente das organizações voltadas ao planejamento do desenvolvimento do território.

**Por fim, os estudos preliminares levados a cabo pelo GPLNRS demonstraram que a região conta com cadeias longas (nucleadas pela Cadeia Turística) mas inconclusas: há elos faltantes que ampliariam a resiliência e competitividade do turismo na região. E os principais elos faltantes dizem respeito à incorporação dos recursos, serviços e produtos rurais (lagoas, turismo rural, gastronomia local, etc) no sistema turístico. Uma incorporação que pressupõe a expansão, diversificação e consolidação das cooperativas agroindústrias do território.**

***1.2. Palavras-chave:***

Planejamento do Desenvolvimento Territorial

Orçamento Participativo / Consulta Popular

Análise Custo-Benefício Social

Cadeias Produtivas Propulsivas

Cooperativismo no Litoral Norte do RS

***1.3. Linha de pesquisa:***

Linha 1: Impactos Econômicos e Sociais do Cooperativismo; com ênfase na relação entre cooperativismo e desenvolvimento regional no Brasil e o empreendedorismo coletivo e a geração de trabalho e renda.

***1.4. Área(s) e subárea(s) do Conhecimento:***

O projeto encontra-se na intersecção de três áreas e subáreas do conhecimento, quais sejam:

1. Economia – Crescimento, Flutuações e Planejamento Econômico – Teoria e Política do Planejamento Econômico;
2. Planejamento Urbano e Regional – Métodos e Técnicas de Planejamento Urbano e Regional - Técnicas de Planejamento e Projeto Urbanos e Regionais;
3. Administração – Administração Pública – Política e Planejamento Governamentais.

O tema estruturante são as políticas públicas com vistas ao desenvolvimento socioeconômico regional. Este tema envolve, desde o debate teórico acerca dos critérios para a comparação e hierarquização de benefícios de distintas políticas que atingem distintos agentes sociais, até o papel das organizações da sociedade civil em geral e das organizações produtivas em particular (no caso, as Cooperativas) para a criação de um sistema de gestão e planejamento que seja, simultaneamente, democrático, participativo, eficiente, eficaz e efetivo.

***1.5. Pergunta de Pesquisa e Hipótese/Pressuposto Inicial:***

**1.5.1. Pergunta:**

Como articular um processo de planejamento democrático-participativo do desenvolvimento regional (em geral, e no Litoral Norte do RS em particular) capaz de, simultaneamente:

1. respeitar e atender as demandas da população em geral;
2. valorizar e solidarizar os anseios dos distintos segmentos sociais e grupos de interesse ;
3. atender aos requisitos de maximização do benefício social e de consistência técnico-científica entre projetos implementados e objetivos esperados em termos de eficiência, eficácia e efetividade?

**1.5.2. Hipóteses:**

A construção democrático-participativa do orçamento público – da qual a CP dos Coredes é apenas um exemplo dentre inúmeras experiências - é condição **necessária** mas **insuficiente** para a conquista de um planejamento do desenvolvimento inclusivo, sustentável, eficiente, eficaz e efetivo. Para além da participação é preciso que os agentes consultados: tomem consciência da solidariedade e da comunhão de interesses subjacentes às contradições e divergências táticas e pontuais. Estas divergências são reais, mas, de forma alguma, são absolutas.

1. esta tomada de consciência é facilitada quando um território conta com: a) **cadeias produtivas longas e fortemente imbricadas**; b) **organizações produtivas cooperativas**, que solidarizam agentes formalmente independentes e impõem a emergência de um corpo funcional voltado à administração de conflitos e compatibilização de interesses; 3) sistemas de governança formais e/ou informais caracterizados pela qualidade da comunicação (minimização do ruído, maximização da compreensão recíproca) entre representantes de distintos segmentos sociais;
2. a economia do Litoral Norte do RS está assentada na cadeia turística. Esta cadeia é longa e alongável. Por ser longa, ela solidariza **objetivamente** os interesses dos mais diversos agentes sociais e grupos de produtores (do vendedor ambulante à construção civil). Por ser “alongável” ela permite (e solicita!) a inclusão de agentes que ainda se encontram relativamente marginalizados no processo de desenvolvimento regional: o segmento rural em geral, e a produção agropecuária em particular;
3. O alongamento da cadeia turística através da integração de seus elos rurais pode ser acelerada através da integração e mobilização das cooperativas agroindustriais da região;
4. A região conta com um sistema de governança em *status nascendi* marcado por notável homogeneidade e qualidade comunicacional interna em função das características peculiares da socialização em um território turístico de veraneio e pela relativa uniformidade de formação intelectual de parcela expressiva dos agentes que operam no interior do mesmo;
5. É possível alavancar o debate, a negociação, a solidarização e – no limite – o consenso em torno das estratégias fundamentais de desenvolvimento regional e, por extensão, de hierarquização das prioridades de investimento do Governo Estadual na região Litoral através da consolidação do sistema de governança, do alongamento da cadeia turística e da mobilização das Cooperativas Agroindustriais sediadas no território.

***1.6. Objetivos:***

**1.6.1. Objetivo Geral:**

Contribuir para o desenvolvimento do planejamento democrático-participativo no Rio Grande do Sul, em geral, e no Corede Litoral, em particular, através da avaliação da representatividade da CP e da consistência dos projetos eleitos para financiamento público com os princípios de maximização do benefício socioeconômico por unidade de custo e de eficácia para a promoção do desenvolvimento regional sustentável.

**1.6.2. Objetivos específicos:**

1. Acompanhar e avaliar criticamente a representatividade e a eficácia do processo de planejamento estratégico e CP no Corede Litoral;
2. Divulgar, debater, avaliar criticamente e aperfeiçoar o sistema de planejamento do desenvolvimento socioeconômico regional que referencia as pesquisas do PPGDR-FACCAT;
3. Analisar a relação entre as demandas expressas nas plenárias municipais e a inserção produtiva dos proponentes;
4. Analisar a percepção dos agentes acerca da solidariedade e da contradição de interesses estratégicos **em geral** e da solidariedade e contradição percebida no âmbito da conservação, preservação e enfrentamento da degradação ambiental em particular;
5. Analisar as formas de composição e formação de alianças políticas dos distintos estratos sociais e com vistas à conquista do financiamento de projetos específicos;
6. Analisar o padrão de participação dos agentes econômicos – sejam assalariados, microempresários, diretores de empresa, produtores familiares, lideranças de cooperativas agroindustriais – que operam no interior de uma mesma cadeia produtiva (ou em cadeias distintas, mas que compartilham, estrutural ou circunstancialmente dos mesmos problemas e objetivos) com vistas a determinar o grau de consciência de seus interesses estratégicos comuns;
7. Analisar o padrão de inserção das Cooperativas agroindustriais e urbanas no planejamento estratégico do Litoral Norte;
8. Estudar o Sistema Cooperativo do Litoral Norte do Rio Grande do Sul com vistas a identificar os gargalos interpostos ao desenvolvimento do mesmo, bem como das políticas públicas adequadas ao enfrentamento dos referidos gargalos;
9. Estimular a participação institucional e sistemática das Cooperativas do Litoral na CP com vistas a ampliar a representatividade do processo de Planejamento Estratégico do Desenvolvimento e estimular a emergência de demandas dirigidas para a promoção da produção regional, da produtividade global e da integração dos elos rurais e urbanos das principais cadeias produtivas do território.

***1.7. Metodologia:***

O ponto de partida da pesquisa é a aplicação da metodologia de análise do potencial de desenvolvimento socioeconômico do Litoral Norte desenvolvida no PPGDR-FACCAT. Esta análise já foi iniciada, uma vez que a maioria dos membros do Grupo de Pesquisa responsável por este projeto é morador do território e aplicou a referida metodologia na análise de seus municípios durante o Mestrado. Vale notar que esta metodologia se estrutura sobre a concepção de que o potencial de um território só pode ser avaliado quando se leva em consideração o seu entorno. Desta forma, analisar um município qualquer do Litoral Norte envolve analisar a região como um todo[[7]](#footnote-7).

Simultaneamente, estaremos recuperando e sistematizando o processo de CP no Corede Litoral nos anos recentes (2015 a 2018) e acompanhando este processo no ano de 2019 e no primeiro semestre de 2020. Para tanto, contamos não apenas com o banco de dados do próprio Corede e da Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul mas, igualmente bem, com a experiência-vivência de membros do GPLNRS que participaram ativamente deste processo nos últimos anos.

Por fim, no mesmo período estaremos visitando todas as Cooperativas sediadas na região, bem como as principais associações e sindicatos de empresários e trabalhadores com vistas a obter informações (a partir de questionários semiestruturados) sobre a percepção dos gestores e lideranças destas organizações sobre:

1) o papel atual e potencial do: a) Planejamento Estratégico Regional; b) das entidades intermunicipais - Corede, Associação de Municípios, Consórcio Intermunicipal, etc. – que compõem o sistema de governança regional; e c) da CP, para o desenvolvimento da produção e da rentabilidade nas cadeias em que atuam;

2) os principais gargalos e obstáculos interpostos à expansão econômica dos produtores cooperados (no caso de Cooperativas) e das firmas (no caso de Sindicatos Patronais e Associações Comerciais) que operam nas principais cadeias produtivas da região;

3) os determinantes do faturamento e rentabilidade dos distintos agentes produtivos, setores e cadeias do território, com ênfase na identificação de interesses conflitantes e interesses convergentes.

Uma vez realizados estes três movimentos coetâneos, entramos na segunda etapa da pesquisa: a confrontação entre as prioridades indicadas pela metodologia PPGDR-FACCAT X as prioridades definidas pelo Planejamento Estratégico do Corede e pela CP X as prioridades definidas pelas lideranças e representações dos produtores do território.

A análise do confronto entre demandas/prioridades será levada às lideranças cooperativas, lideranças empresariais e lideranças políticas da região, em uma nova rodada de reuniões e entrevistas voltadas ao resgate da avaliação que estes agentes fazem dos resultados encontrados. Simultaneamente estaremos estimulando a reflexão e o debate sobre a disposição dos entrevistados em incorporar (ainda que de forma parcial) as demandas/prioridades que emergiram em grupos sociais distintos a partir de enfoques teóricos e políticos distintos, com vistas a conquistar um patamar superior de solidariedade e governança regional. Os resultados desta segunda rodada de entrevistas também será objeto de sistematização, com a produção de relatórios específicos.

Por fim, estaremos acompanhando e analisando a CP no ano de 2019 e no primeiro semestre de 2020. O trabalho final será avaliar se: 1) os resultados da CP sofreram algum tipo de evolução ao longo dos 6 anos; 2) a qualidade desta evolução 3) se a intervenção do GPLNRS (a partir da Pesquisa aqui apresentada na forma de projeto) contribuiu ou não para a evolução diagnosticada.

***1.8. Cronograma:***



***1.9. Estado da Arte:***

O debate em torno da eficácia do planejamento e dos investimentos públicos na promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar social é tão antigo quanto, aparentemente, insuperável. Tal como vimos na caracterização das demandas típicas dos dois principais agentes sociais em disputa pelos recursos orçamentários (TC e EP), seus objetos de reivindicação são, usualmente, tão distintos que se torna virtualmente impossível compará-los e hierarquizá-los. Como determinar “científica e objetivamente” se a construção de um posto de saúde num bairro de periferia gera mais bem-estar do que a construção de uma ponte necessária ao escoamento eficiente da produção rural?

A complexidade desta questão é tamanha que muitos cientistas sociais a consideram insolúvel. Parcela não desprezível dos expoentes do liberalismo do Século XX estrutura sua crítica à intervenção pública sobre o argumento de que o Estado não teria condições de identificar os programas geradores de maior benefício. Esta é a tese de Friedman e discípulos. Ao contrário do que muitos pretendem, **Milton Friedman reconhece que o mercado pode ser ineficiente no processo de distribuição dos benefícios entre os agentes comprometidos com a produção**. Mas propõe que esta deficiência seja enfrentada através da garantia de uma **renda mínima** a cada família. Dessa forma, cada agente teria liberdade de alocar seus recursos onde melhor lhe aprouvesse. **O que Friedman não aceita é a tese de que o Estado possa saber melhor do que os indivíduos qual o dispêndio que gera maior benefício para estes últimos: educação, saúde, transporte ou o que for.** Para Friedman, se o Estado se limitasse a taxar e redistribuir para as famílias de menor renda, todos expressariam suas demandas no mercado, e este daria conta de ofertar, ao menor custo possível, os serviços de educação, saúde e transporte efetivamente requeridos pela população.

A deficiência do projeto friedmaniano é dúplice. Em primeiro lugar, ele pressupõe que os indivíduos tenham plena clareza de quais são seus interesses estratégicos. Mas esta pressuposição não se sustenta. Ou não haveria arrependimento por opções mal feitas. E não basta argumentar que erros individuais eventuais são menos perversos do que erros públicos. Como dimensionar o prejuízo imposto a todos os filhos de pais alcoolistas ou simplesmente avessos à educação formal que, na ausência de educação pública, gratuita e impositiva, optariam por canalizar sua “renda mínima” para fins distintos da qualificação de seus filhos?

Mas isto não é tudo. Não são apenas os indivíduos e os chefes de família que incorrem em equívocos no processo de alocação de seus recursos com bases em avaliações equivocadas de custos e benefícios de longo prazo. O mesmo ocorre, usualmente, com empresas. Afinal, estas são dirigidas por seres humanos. E estes são falhos. Mais exatamente, o volume de informações que somos capazes de processar é limitado. E a complexidade da gestão empresarial é tamanha que é virtualmente impossível dominar todas as informações que seriam necessárias para a tomada de decisões acertadas todo o tempo[[8]](#footnote-8).

Por fim, mesmo que os dirigentes empresariais tivessem pleno conhecimento da realidade e fossem capazes de maximizar seus ganhos a cada momento, os recursos à disposição de cada empresário e empresa são limitados e, inúmeras vezes, são insuficientes para viabilizar a compatibilização do benefício da firma e o benefício social. O exemplo clássico de uma tal situação são as crises keynesianas de superprodução. Em condições de incerteza – por exemplo: às vésperas de uma eleição indefinida – a melhor opção para cada empresário e empresa em geral é: na dúvida, não ultrapasse; vale dizer, postergue qualquer decisão de investimento. Se todos fazem isto simultaneamente, a demanda sobre as firmas produtoras de bens de capital irá cair. Estas desempregarão seus funcionários. A demanda de bens de consumo cairá. E a economia entrará em depressão. O único agente com “poder de fogo” para tirar a economia da crise é o Estado.

Mas não é preciso apelar para Keynes e sua teoria das crises para entender a relevância das políticas públicas para o desenvolvimento econômico. Em consonância com o nosso objeto de pesquisa, vamos nos restringir à questão da relação entre demandas empresariais, dispêndio público e desenvolvimento regional.

Imaginemos um pequeno município de base agroindustrial. Suponhamos que sua principal especialização agrícola é a citricultura, e que a produção rural é beneficiada no próprio município por empresas privadas e cooperativas locais produtoras de suco e derivados. A renda dos citricultores, dos trabalhadores da indústria e dos operadores logísticos é despendida no município e dá base a um mercado interno capaz de sustentar um conjunto de serviços públicos e privados (saúde, educação, segurança), estabelecimentos comerciais (supermercados, farmácias, lojas de vestuário, etc.) e de processamento e fornecimento de alimentos fora de casa (padarias, restaurantes, sorveterias, bares, etc). Imaginemos, ainda, que a população da cidade cresça a taxas que superam o crescimento da oferta de postos de trabalho assalariado. Por fim, imaginemos que os gestores públicos administrem o orçamento estritamente dentro dos cânones e demandas típicas dos Empreendedores-Produtores. Com vistas a oportunizar trabalho e renda para a parcela desocupada da população, a prefeitura passa a apoiar a abertura de novas empresas locais via subsídios e depressão de IPTU e ISSQN. O programa é tão bem sucedido que, em pouco tempo, o número de microempresas cresce em 20%. Pergunta-se: o problema está resolvido?

A resposta é **não**! Malgrado exceções, micro e pequenas empresas não contam com escala suficiente para voltarem sua produção para fora do mercado local, para fora do mercado estritamente interno. A política da prefeitura – **frise-se: demandada e orientada pelo segmento “Empreendedor-Produtor” da população** – levou, assim, à ampliação da oferta de bens e serviços para o mercado local. Mas a demanda por estes bens e serviços não cresceu na mesma proporção. Ao invés de 20 padarias, o município agora conta com 24. Mas, nem a população, nem sua renda cresceu 20%. O faturamento e a renda auferida pelos quatro novos empresários do ramo corresponde ao faturamento e à renda que os demais deixaram de auferir.

Imaginemos, agora, uma política pública distinta para o enfrentamento da crise de nosso município hipotético. Imaginemos que o governo municipal decida promover a ampliação da fruticultura e do processamento industrial de sucos. Dois mil novos produtores rurais são incorporados aos 10 mil anteriores e a capacidade produtiva e o nível de emprego na Cooperativa processadora de suco é ampliada na mesma proporção (20%). **Neste caso, a demanda dos produtores rurais e dos trabalhadores urbanos sobre a produção urbana voltada ao mercado interno será elevada em uma percentagem similar.** E haverá espaço para a ampliação da oferta de serviços de alimentação fora de casa: os food-trucks instalados na praça central da cidade encontrarão uma nova população apta e disposta a consumir, sem ter que disputar o mesmo público com os fornecedores previamente instalados.

**Em síntese: a melhor resposta ao desemprego não é o estímulo direto e imediato ao empreendedorismo, mas o fortalecimento e ampliação das cadeias de exportação**. Esta é, exatamente, a tese defendida – de forma independente – por Celso Furtado (1984 e 1997) e Douglas North (1977a e 1977b) em seus modelos de desenvolvimento regional[[9]](#footnote-9). Igualmente bem, é a tese de Paulo Renato de Souza (1980), derivada de seus estudos sobre os limites de absorção de mão-de-obra pelo mercado informal. Estes modelos, contudo, ainda são objeto de incompreensão (ou, pelo menos, de polêmica) entre economistas regionalistas. E são poucos os agentes privados que alcançam entendê-los. Se houver alguma dúvida disto, pergunte-se: **quantos empresários de ramos voltados para o mercado local – restaurantes, farmácias, açougues, mercados, escolas, consultórios médicos e odontológicos – têm claro que sua prosperidade depende essencialmente da expansão dos negócios “exportadores”[[10]](#footnote-10)?**

Ora a crítica às teses liberais de que os agentes privados – sejam eles indivíduos, famílias ou empresas – têm condições de maximizar seus benefícios individuais impõe a conclusão de que o Estado cumpre funções essenciais, seja na oferta dos serviços básicos de educação e saúde, seja no planejamento e apoio do desenvolvimento econômico regional e nacional. Mas esta conclusão não resolve o nosso problema. **Na verdade, o problema - como definir prioridades na gestão fiscal e orçamentária do setor público? - é recolocado e exponenciado. Afinal, se o problema de fundo é que os agentes privados não são capazes de reconhecer seus interesses estratégicos e/ou avaliar todas as consequências derivadas das políticas econômicas e sociais que defendem é a própria gestão democrático-participativa do orçamento que é posta em questão.**

Esta é, justamente, a conclusão de um conjunto de pensadores e pesquisadores que, com o passar do tempo, matizaram seu entusiasmo inicial com a eficácia da orçamentação participativa tais como Boaventura (2002), Avritzer (2007). A solução parece se encontrar na qualificação do diálogo entre agentes portadores de interesses, informação e posturas/demandas distintas frente o Estado. Mas esta “resposta” apenas coloca uma nova pergunta: como qualificar o diálogo? E, em especial, como qualificá-lo rápida e eficazmente?

Tal como vimos anteriormente, a Escola de Pádua aponta numa direção determinada: a comunicação tende a ser tão mais eficiente quanto maiores forem as conexões e comunhão de interesses dos agentes dialogantes. Esta conclusão não é rigorosamente nova. Nos dois últimos capítulos de sua obra maior, Putnam já apontava neste sentido. Igualmente bem, esta é a direção indicada por Fehr (2006) e Fehr e Schimidt (1999), bem como por todos os teóricos da comunicação e justiça que seguem a orientação de Rawls (2000). Não obstante, a principal novidade da Escola de Pádua é a centralidade dada às cadeias produtivas e às organizações cooperativas. Esta contribuição já foi avaliada por parte da equipe de pesquisa ao longo do Projeto COCAP. A intenção, agora, é replicar estes testes para o Litoral Norte com o apoio do Modelo de Planejamento do PPGDR-FACCAT e a inserção privilegiada dos membros do GPLNRS no emergente sistema de governança e planejamento regional deste território.

***1.10. Competências necessárias:***

Este projeto de pesquisa se assenta na comparação e avaliação dos fundamentos das divergências entre políticas públicas de desenvolvimento: 1) demandadas por cooperativas e lideranças empresarias da região; 2) derivadas do Modelo PPGDR-FACCAT de análise e planejamento do desenvolvimento regional; e 3) resultantes das Consultas Populares organizadas pelo Corede Litoral nos anos recentes com apoio dos governos municipais da região e da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado. Para levar a cabo tal pesquisa é necessário contar com uma equipe que conheça e/ou tenham acesso aos agentes e/ou aos sistemas analíticos e/ou aos bancos de dados com as informações supra-referidas. O GPLNRS conta com esta equipe. O detalhamento da qualificação dos pesquisadores encontra-se no “Apêndice” a este projeto, voltado ao detalhamento da expertise da equipe e, em especial, do portfólio da mesma no campo do cooperativismo e do desenvolvimento regional e rural. Não obstante, cabe, já aqui, apresentar as principais características do grupo de pesquisadores.

O Coordenador da Pesquisa ora proposta (e um dos Coordenadores do GPLNRS), Prof. Dr. Marcos Paulo Griebeler foi professor-pesquisador da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) entre 2009 e 2016, onde participou de pesquisas acerca do desenvolvimento regional e rural e do papel do **cooperativismo** na região. Atualmente, é Professor da disciplina de Estado e Políticas Públicas do Mestrado em Desenvolvimento Regional da FACCAT.

O Prof. Dr. Carlos Aguedo Paiva é coordenador adjunto do PPGDR-FACCAT. Ele e o também Doutor Claudionir Borges da Silva coordenaram o Projeto “Desenvolvimento da Coesão Social através do Fortalecimento das Cadeias Produtivas Agroindustriais” (COCAP) no Rio Grande do Sul. Ambos são autores (com Allan Lemos Rocha, estatístico e membro da equipe) do Relatório desta Pesquisa editado pela Fundação de Economia e Estatística. Paiva também é o autor do principal texto de referência do Modelo PPGDR-FACCAT de Análise e Planejamento do desenvolvimento regional.

O acesso à memória do COREDE Litoral e dos resultados das Consultas Populares recentes está garantida pela participação no GPLNRS do pesquisador **Marcelo Reis, atual Presidente do referido Corede.** Marcelo Reis, é Mestre em Desenvolvimento Regional pela FACCAT, Professor-Coordenador do Curso de Direito e **Pró-Reitor de Relações Comunitárias do Centro Universitário Cenecista de Osório (UNICNEC)** e Advogado com larga atuação no município de Osório e na região.

O Prof. Ms. Vitor André Duarte, também membro do GPLNRS, tomou por objeto de pesquisa a identificação e hierarquização das cadeias produtivas do Litoral Norte com maior potencial de crescimento e propulsão do desenvolvimento socioeconômico do Litoral. Este trabalho identificou a cadeia turística como a cadeia propulsiva principal do território. Mas, igualmente bem, apontou para a necessidade de diversificar os serviços e atrativos turísticos da região, incorporando o turismo rural, o turismo gastronômico, e a integração vertical regional da produção agroalimentar. O Prof. Ms. Maximilianus Pinent, turismólogo de formação, tem longa experiência na análise e promoção do potencial turístico regional, bem como da integração entre turismo urbano e rural. Tal como Duarte, Pinent tomou o turismo do Litoral Norte como objeto de pesquisa em seu Mestrado. Os resultados dos dois trabalhos levantaram a questão da necessidade de estender a cadeia turística para além da orla marítima. Além disso, levantaram a questão do papel das Cooperativas Agroindustriais neste processo. Paiva, Pinent e Duarte ficarão responsáveis pela atualização da aplicação da Metodologia PPGDR-FACCAT à região. E apoiarão a pesquisa com as Cooperativas Agroindustriais.

Vale lembrar ainda que a maior parte dos pesquisadores do GPLNRS reside e atua profissionalmente no Litoral Norte em agências vinculadas ao desenvolvimento regional e/ou à assessoria de empresas, cooperativas e prefeituras municipais[[11]](#footnote-11). O que facilita sobremaneira a realização de contatos e entrevistas com lideranças empresariais e cooperativas. Além disso, um dos pesquisadores do Grupo, o Mestre Juarez Camargo Borges desenvolveu seu trabalho de Mestrado sobre um questionário estruturado aplicado a lideranças empresariais e de organizações cooperativas da região. Neste processo, obteve um conjunto de informações sobre a leitura deste segmento social acerca dos gargalos do desenvolvimento regional e abriu contatos que deverão ser retomados na pesquisa ora proposta.

Finalmente, no campo do Cooperativismo, o grupo conta com um conjunto de pesquisadores com experiência no tema e deverá contar, ainda, com a contratação de consultores e bolsistas no apoio à investigação dos gargalos interpostos ao desenvolvimento das Cooperativas sediadas no Litoral Norte, com ênfase nas Cooperativas Agroindustriais. Trataremos este tema de forma mais detalhada no Apêndice do Projeto, especificamente dedicada à questão do Cooperativismo.

**2) Infraestrutura e Recursos Disponíveis e Demandados**

***2.1. Infraestrutura e Recursos disponíveis para a execução do projeto:***

A pesquisa tem o apoio institucional da FACCAT e, uma vez aprovada, fará parte da programação de horas de trabalho de docentes e discentes do PPGDR desta instituição. Além disso, o grupo de pesquisadores tem inserção profissional em diversas instituições de ensino, pesquisa, extensão e consultoria na região.

***2.2. Recursos Demandados nos termos do Edital CNPq-SESCOOP***

**2.2.1. Recursos de Capital:**

* Aquisição de 5 (cinco) notebooks para realização dos questionários;
* Compra de materiais didáticos para fortalecimento da metodologia;
* Materiais diversos necessários para aplicação e análise dos resultados (softwares).

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Finalidade** | **Quantidade** | **Custo** | **Custo Total** | **Custo Agregado** |
| Aquisição de notebooks | 5 | R$ 3.000,00 | R$ 15.000,00 | R$ 15.000,00 |
| Compra de materiais didáticos (livros) | 10 | R$ 50,00 | R$ 500,00 | R$ 15.500,00 |
| Valor Total |  |  |  | **R$ 15.500,00** |

**2.2.2. Recursos de Custeio:**

* Passagens, alimentação e hospedagem para participação do grupo de pesquisa em todas 21 assembleias do COREDE Litoral.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Finalidade** | **Quantidade** | **Custo** | **Custo Total** | **Custo Agregado** |
| Passagem de ônibus (para 5 pessoas em média) | 21 | R$ 80,00 | R$ 8.400,00 | R$ 8.400,00 |
| Alimentação (para 5 pessoas, 3 refeições por dia) | 21 | R$ 40,00 | R$ 12.600,00 | R$ 21.000,00 |
| Hospedagem (para 5 pessoas) | 21 | R$ 100,00 | R$ 10.500,00 | R$ 31.500,00 |
| Materiais diversos (softwares, materiais de escritório, etc.) | - | R$5.000,00 | R$ 5.000,00 | R$ 36.500,00 |
| Apresentação dos resultados em Brasília/DF em 2020 | 1 | R$ 4.000,00 | R$ 4.000,00 | R$ 40.500,00 |
| **Valor Total** | - |  |  | **R$ 40.500,00** |

**2.2.3 Bolsas:**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Finalidade** | **Quantidade** | **Custo** | **Custo Total** | **Custo Agregado** |
| Especialista Visitante - EV (8 meses) – 3 | 1 | R$ 2.500,00 | R$ 20.000,00 | R$ 20.000,00 |
| **Bolsas** | **1** |  | **R$ 20.000,00** | **R$ 20.000,00** |

**2. 2.4 Orçamento Sintético dos Recursos Demandados**

Valor Final – R$ 76.000,00.



***2.3. Outras fontes de recursos:***

Os recursos humanos responsáveis pela condução da pesquisa, análise dos resultados e redação dos relatórios estão sendo financiados pelas instituições de ensino envolvidas com o projeto, a começar pela FACCAT e a UNICNEC. Contamos, igualmente bem, com o apoio institucional e material do Corede-Litoral e da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT).

**3) Resultados esperados e potencial de implementação**

***3.1. Resultados previstos para o projeto:***

Tal como anunciamos na hipótese, **esperamos encontrar um nível elevado de discrepância entre: 1) as propostas de ação derivadas** **da aplicação do Modelo de Planejamento do PPGDR-FACCAT; 2) as ações e investimentos priorizados pelo Corede na CP; e 3) as ações e investimentos considerados prioritários e demandados pelos produtores e lideranças empresariais, sindicais e de organizações cooperativas que atuam na região.**

Nosso esforço final será o de buscar entender os determinantes das divergências e avaliar a possibilidade de implementar um programa com vistas a dirimir as divergências mais graves e aproximar os três resultados. Além disso, estaremos apresentando estas diferenças às lideranças cooperativas, empresariais e políticas, bem como pontos de convergência com vistas a estimular e qualificar o debate preparatório das Consultas Populares em 2019 e, de forma especial, em 2020.

Vale ressaltar que não almejamos a “plena convergência” das demandas, propostas e programas. Pelo contrário: acreditamos que sempre haverá divergências entre o ideal teórico, o almejado pelas lideranças dos segmentos produtivos e o resultado objetivamente alcançado na luta política e na CP. Longe de serem apenas negativas, estas diferenças são estimulantes do desenvolvimento contínuo do sistema de planejamento. A intenção não é adequar os resultados da CP às recomendações da Metodologia PPGDR-FACCAT ou às demandas das organizações produtivas do território. **A intenção é colocar os três sistemas em confronto com vistas a melhorá-los e aproximá-los gradativa e sistematicamente, qualificando o PPGDR-FACCAT (e sua metodologia), os agentes políticos do Litoral (e do Estado como um todo) envolvidos no Planejamento Estratégico Regional e as lideranças empresariais e cooperativas do Litoral Norte do RS.**

***3.2. Potencial de implementação dos resultados:***

O potencial de implementação dos resultados é elevado e o detalharemos abaixo. Neste espaço, queremos apenas chamar a atenção para o fato de que se trata de um projeto de Pesquisa que é, simultaneamente, um projeto Extensão. Afinal, o processo de confronto e comparação das demandas e prioridades definidas a partir de três referências prático-teóricas distintas – quais sejam: o resultado da Consulta Popular, aquelas apontadas pela metodologia de Planejamento PPGDR-FACCAT, e aquelas defendidas pelas lideranças empresariais e cooperativas da região – envolve a exposição e a discussão, ao longo de dois anos, destas distintas propostas com distintos atores e lideranças políticas regionais. Este processo de intercâmbio de informações e leituras em um ambiente social marcado por fortes elementos comunitários apresenta um grande potencial transformador.

**3.2.1 Demonstração de interesse pelos resultados do projeto:**

O objeto da Pesquisa ora proposta é uma das prioridades da FACCAT, seja em função do papel que o tema do Planejamento do Desenvolvimento Regional assume no PPGDR, seja em função da centralidade do tema do Cooperativismo para a instituição como um todo, parceira do SESCOOP há muitos anos.

Além disso, o Corede Litoral demonstrou interesse em apoiar a Pesquisa, disponibilizando, inclusive sua sala para reuniões do GPLNRS e, eventualmente, como espaço de trabalho de bolsistas. Esta manifestação de interesse é natural: o atual Presidente do Corede, Sr. Marcelo Reis, é membro do GPLNRS e um dos signatários deste Projeto de Pesquisa. Além disso, o Corede Litoral vem estreitando suas relações com o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Associação dos Municípios do Litoral Norte, que planeja transformar-se em um Consórcio Multifuncional, atuando nas mais diversas áreas do Planejamento Regional e de promoção do desenvolvimento econômico produtivo.

Por fim, cabe salientar a manifestação de interesse e apoio ao projeto por parte da direção da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT). Esta Cooperativa foi fundada em 2006 e vem privilegiando duas estratégias de agregação de valor e ampliação do rendimento dos agricultores familiares: 1) aproximar o produtor do consumidor, diminuindo o número de elos intermediários responsáveis pela elevação de custos e preços e pela depressão da rentabilidade da agricultura familiar; 2) privilegiar a agroecologia e a produção de alimentos que resgatam a tradição agrícola e gastronômica regional com vistas a explorar o potencial de demanda associado à prevalência da cadeia turística no Litoral Norte.

Mesmo correndo o risco de sermos redundantes, entendemos por bem frisar a convergência da estratégia da COOMAFITT com a leitura teórica e as propostas de ações do GPLNRS. Ao estimular a diversificação produtiva, a agregação de valor, a participação direta do agricultor na distribuição e comercialização e a aproximação da agricultura local à cadeia turística, a direção da COOMAFIT promove a implosão das identidades simples e formalmente antagônicas de TC x RP x AP. O produtor rural deixa de se identificar exclusivamente como estrato social subordinado (TC) para se ver como empreendedor (EP) e como analista e articulador do desenvolvimento do território (AP). Esta é a perspectiva que, do nosso ponto de vista, viabiliza a construção do Planejamento Participativo. E é uma perspectiva que emerge com maior naturalidade no ambiente Cooperativo. A colaboração da COOMAFITT será essencial para que possamos abrir as portas e aprofundar o diálogo com outras Cooperativas da região.

**3.2.2 Descrição da forma de aplicação dos resultados do projeto:**

Os procedimentos da CP seguem normas gerais definidas pela Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão e o Fórum dos Coredes do RS. Assim sendo, o Corede Litoral tem restrições em sua autonomia para alterar o processo de condução da CP e eleição de prioridades e projetos a serem financiados regionalmente. Não obstante, entendemos que a capilaridade do grupo e a abrangência da pesquisa gerará um novo patamar de compreensão do potencial de desenvolvimento da região, bem como das cadeias e organizações produtivas que podem e devem se solidarizar e serem apoiadas com vistas à aceleração e espraiamento do desenvolvimento socioeconômico territorial.

**3.2.3 Horizonte de tempo de aplicação dos resultados do projeto:**

Nossa expectativa é de estar contribuindo para: 1) avaliar, em um novo espaço regional, a consistência das teses da Escola de Pádua; 2) contribuir para o desenvolvimento de uma nova cultura de solidariedade e de planejamento participativo. Evidentemente, o horizonte temporal destes dois objetivos gerais é amplo. Se – como esperamos – os resultados da Pesquisa no Litoral Norte forem positivos, temos a expectativa de replicar esta pesquisa em outras regiões, com ênfase no Corede Paranhana, onde está sediada a FACCAT e seu PPGDR. Simultaneamente, a construção de uma nova cultura é um processo contínuo e que se desdobra no longo prazo. Não obstante, este é, igualmente bem, um processo submetido às leis da causação circular cumulativa: uma vez iniciado, tende a impulsionar sua auto-replicação de forma ampliada.

**3.2.4 Abrangência da utilização dos resultados do projeto:**

Não há limites para a abrangência da utilização dos resultados do projeto. Se nossas hipóteses forem confirmadas e as estratégias de mobilização da comunidade estiverem corretas, o mesmo sistema de pesquisa e extensão pode ser replicado nas mais diversas regiões do Brasil e do mundo.

***3.3. Impactos previstos:***

Esperamos estar contribuindo para a qualificação do Planejamento do Desenvolvimento socioeconômico, para a consolidação do sistema de governança estruturado em torno do Corede, para a qualificação da pesquisa científica acerca do desenvolvimento e acumulação do capital social e para a qualificação da produção científica, reconhecimento público e sustentabilidade do PPGDR-FACCAT.

**3.3.1. Impactos em CT&I:**

*3.3.1.1. Impacto Científico:*

Aprofundamento e qualificação das pesquisas acerca do Capital Social e do Planejamento Democrático Participativo a partir do resgate das determinações materiais da solidariedade: cooperativismo, produção encadeada, reconhecimento da solidariedade de agentes produtivos inseridos em distintos segmentos e atividades.

*3.3.1.2. Impacto Tecnológico:*

A tecnologia que buscamos aperfeiçoar é especificamente social e política: trata-se da tecnologia de gestão e planejamento público democrático, inclusivo, eficiente, eficaz e efetivo no plano comunal, local e regional.

**3.3.2. Impacto no desenvolvimento sustentável:**

*3.3.2.1. Impactos sociais:*

O aprofundamento da compreensão coletiva acerca da interdependência e comunhão de interesses estratégicos de produtores individuais, firmas, cooperativas, setores e cadeias produtivas é fundamental para o aprofundamento da solidariedade e, por extensão, da depressão dos custos de transação e alavancagem do desenvolvimento sustentável no plano social. Simultaneamente, estaremos contribuindo para a integração rural-urbana, para a ampliação da rentabilidade dos pequenos produtores e para o desenvolvimento do cooperativismo na região.

*3.3.2.2. Impactos Econômicos:*

Ao qualificar o sistema de governança regional voltado ao Planejamento do desenvolvimento e difundir instrumentos técnicos para avaliação de interesses em comum e gargalos setoriais a pesquisa estará contribuindo para a promoção do desenvolvimento econômico regional no curto, médio e longo prazo. Simultaneamente, buscaremos contribuir para a ampliação da participação das cooperativas no mercado interno regional e para a alavancagem de processos de inter-cooperação.

*3.3.2.3 Impactos ambientais:*

A despeito da questão ambiental não ter emergido explicitamente ao longo do projeto, **acreditamos que** – senão o principal, pelo menos - **um dos principais desdobramentos da implementação deste Projeto de Pesquisa deve ser o fortalecimento e difusão da consciência ambiental.** E isto na medida em que, se alcançarmos promover a conscientização da interdependência estrutural das atividades produtivas regionais com relação à cadeia turística, também se estará promovendo a conscientização da **funcionalidade econômica da preservação do ambiente natural.**

A este respeito vale observar que as pesquisas e debates do GPLNRS vêm apontando para o crescimento da competitividade e atratividade dos complexos turísticos de veraneio de Santa Catarina e do Uruguai, com capacidade de abalar fortemente o crescimento econômico e demográfico do Litoral Norte. Enfrentar este desafio passa pela: 1) ampliação do leque de atrativos turísticos regionais, com a inclusão e exploração sustentável das escarpas, morros e cachoeiras na acidentada encosta da Serra bem como do belo, peculiar, rico e complexo sistema lacustre localizado entre a orla e as montanhas; 2) sustentação e exploração de nossa vantagem competitiva e atrativo tradicional: mar aberto submetido a correntes marinhas que garantem a qualidade e balneabilidade da orla. Estas duas estratégias só serão eficientes se houver uma inflexão radical e emergencial da secundarização da questão ambiental em geral e do saneamento em particular. Acreditamos que este trabalho de pesquisa (e extensão) possa contribuir fortemente para o desenvolvimento e aprofundamento desta consciência e desta estratégia.

**3.4. Proposta do projeto para a difusão de CT&I à sociedade:**

**Este projeto de Pesquisa apresenta uma peculiaridade marcante: o processo de pesquisa é indissociável do processo de extensão e difusão de CT&I.** E isto na medida em que não estamos nos propondo apenas a levantar, sistematizar e interpretar avaliações e demandas externas. Colocamos nossa própria leitura – a leitura hegemônica no GPLNRS, que deita raízes na Metodologia de Planejamento do PPGDR-FACCAT – como uma dentre as propostas de desenvolvimento regional a ser analisada, cotejada, difundida e debatida. Neste sentido, a própria realização da pesquisa é um processo de difusão.

Como se isto não bastasse, a pesquisa estará qualificando pesquisadores, docentes e agentes políticos que, tanto operam no interior do GPLNRS e nas Instituições de Ensino e Pesquisa da Região, quanto operam no interior do Sistema de Governança e Planejamento Participativo Regional. A qualificação destes agentes é, por definição, parte do processo de difusão social do conhecimento e da tecnologia que estamos nos propondo a desenvolver.

**APÊNDICE**

**Histórico de pesquisa em Cooperativismo**

**dos proponentes do Projeto de Pesquisa:**

Na Seção 1.10 – Competências Necessárias – procuramos apresentar sucintamente a experiência da equipe no tema da pesquisa, envolvendo desenvolvimento regional, cooperação e extensão. Neste Apêndice, buscamos detalhar estas competências sem, contudo, extrapolar para além das áreas de relevância. Para tanto, apresentamos um mini-currículo de cada um dos pesquisadores envolvidos em que resgatamos a experiência de cada um no tema desenvolvimento-cooperação. Vale insistir que não se trata, aqui, de apresentar todas as qualificações dos pesquisadores. Para acessar estas informações, indicamos a Plataforma Lattes, onde todos contam com currículos atualizados. Aqui buscamos tão somente trazer à luz aquelas contribuições que nos parecem mais relevantes para a condução da pesquisa. Em especial, buscamos salientar a produção bibliográfica dos Professores Doutores na Área de Cooperação e Cooperativismo.

**1) COORDENADOR DA PESQUISA**

**Prof. Dr. Marcos Paulo Griebeler**

Doutor (2013) e Mestre (2008) em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Graduado em Administração de Empresas/Serviços (2004) e Especialista em Pedagogia Empresarial (2006) pelo Centro Universitário La Salle - Canoas/RS. Foi professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) entre 2009 e 2016, onde participou de pesquisas acerca do desenvolvimento regional e rural e do papel do **cooperativismo** na região. **Atualmente, é Professor da disciplina de Estado e Políticas Públicas do Mestrado em Desenvolvimento Regional** da FACCAT. Também atua na Graduação em Administração desta mesma instituição e é professor do Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG) nos Cursos de Administração e Gestão da Qualidade. Entre seus principais **temas de pesquisa encontram-se: Mercado de Trabalho, Cooperativismo, Inovação e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional.** Conta larga experiência na gestão de projetos de extensão, tais como Projeto Negocio a Negócio (2010-2012) e Projeto Extensão Produtiva e Inovação - PEPI (2012-2015). ORCID: 0000-0001-7193-2620. Link ORCID [https://orcid.org/0000-0001-7193-2620](https://orcid.org/0000-0001-7193-2620" \t "_blank)

**Bibliografia Básica:**

GRIEBELER, M. P. D. (2005) *O Estudo Da Resiliência No Setor Automotivo: O Caso Da Empresa Comauto Ltda*. Canoas: UNILASALLE. (Especialização em Pedagogia Empresarial; Orientadora: Claudia Jotz da Rocha).

GRIEBELER, M. P. D. (2006) *O Curso de gestão financeira à distância na visão do estudante de Montenegro-RS.* Montenegro: UNINTER (Especialização em Tutoria).

GRIEBELER, M. P. D. (2008). *A qualificação do trabalhador do município de Montenegro-RS entre a realidade e a perspectiva,* Santa Cruz do Sul: UNISC. (Dissertação de Mestrado; Orientador: Dieter Siedenberg)

GRIEBELER, M. P. D. (2013) *Inovações Tecnológicas e Trabalho Intensificado na Cadeia Produtiva da Soja em Ijuí-RS* . Santa Cruz do Sul: UNISC (Tese de Doutorado. Orientador André Cadoná)

GRIEBELER, M. P. D. et al. (2016). “Gestão da Inovação em Cooperativa de Grande Porte do Setor de Fabricação de Alimentos”. *Revista de Administração.* v. 14.

GRIEBELER, M. P. D. et al. (2017. Orgs.). *Desenvolvimento Regional em Perspectiva*. Porto Alegre: Editora Conceito.

**2) COORDENADORES-ADJUNTOS DA PESQUISA**

**(DOUTORES-COORDENADORES DO GPLNRS)**

**2.1. Prof. Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva**

Bacharel em Economia (FCE-UFRGS), Economista, Mestre e Doutor em Teoria Econômica pelo Instituto de Economia da Unicamp. Atualmente, é Professor e Coordenador Adjunto do Mestrado em Desenvolvimento Regional da FACCAT, Diretor Presidente da Paradoxo Consultoria e Coordenador do Grupo de Pesquisa do CNPq sobre o Litoral Norte do Rio Grande do Sul Foi Professor da Universidade Federal de Uberlândia e da Universidade de Santa Cruz do Sul. Durante 15 anos atuou como pesquisador doutor da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Heuser no Rio Grande do Sul, onde Coordenou o Núcleo de Desenvolvimento Regional. Enquanto consultor, tem atuado fundamentalmente com desenvolvimento regional. Entre estes trabalhos destaca-se a análise do potencial propulsivo das cadeias de proteína animal do organizadas em torno das Cooperativas Agroindustriais do Oeste Paranaense. Esta análise deu origiem ao Programa “Oeste em Desenvolvimento”. Maiores informações podem ser obtidas em (http://www.oesteemdesenvolvimento.com.br/).

**Bibliografia Básica.**

PAIVA, C. A. N. (2004) *Como Identificar e Mobilizar o Potencial de Desenvolvimento Endógeno de uma Região?*. 1. ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística.

PAIVA, C. A N. et al. (2007) *Identificação e Regionalização das Estrutura Produtivas e Padrões Dinâmicos dos Municípios e Territórios do Rio Grande do Sul na Transição para o Século XXI*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística. (Relatório de pesquisa).

PAIVA, C. A. N. (Org. 2008). *Evolução das desigualdades territoriais no Rio Grande do Sul*. 1ª. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

PAIVA, C. A. N. e CAMPREGHER, G. (2011). A Dimensão Socioeconômica da Vitivinicultura Gaúcha. Porto Alegre / Caxias do Sul: Ibravin. (Relatório de pesquisa).

PAIVA, C. A. N. (2013) *Fundamentos da Análise e do Planejamento de Economias Regionais..* 1. ed. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu.

PAIVA, C. A. N. et al (2013). Padrões de conflito e solidariedade em cadeias agroindustriais do RS : análise dos questionários para avaliação do capital social na pesquisa COCAP. 1. ed. Porto Alegre - RS: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Heuser.

**2.2. Dr. Claudionir Borges da Silva**

Doutor em Geografia (2015) e graduado em História (2003) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Intérprete da Língua Brasileira de Sinais. Atuou como professor nas redes públicas de ensino nos municípios de Canoas e Cachoeirinha no Estado do Rio Grande do Sul. Atuou como pesquisador-bolsista do Projeto para o Desenvolvimento da Coesão Social através do Fortalecimento das Cadeias Produtivas (COCAP). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Análise Territorial, Desenvolvimento Regional. Atualmente é Pesquisador do GPLNRS-CNPq e Diretor de Análise Regional da Empresa Paradoxo Consultoria.

**Bibliografia Básica:**

SILVA, C. B. (2006) “Espacialidade e linguagem: uma gramática no espaço”. In: Rego, N. et al. (Orgs.). *Saberes e Práticas na Construção de Sujeitos e Espaços Sociais*. Porto Alegre: UFRGS.

SILVA, C. B. e PAIVA, C. A. (2011) *Da Oceania ao Cone Sul, da Nova Zelândia ao Rio Grande: Desenvolvimento Sócioeconômico, Produtividade Sistêmica e a Exploração de Sinergias em Cadeias Agroindustriais de Exportação.* Porto Alegre: FEE. (Relatório de pesquisa).

SILVA, C. B. et al. (2013) *Padrões de conflito e solidariedade em cadeias agroindustriais do RS : análise dos questionários para avaliação do capital social na pesquisa COCAP*. 1. ed. Porto Alegre - RS: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Heuser.

SILVA, C. B.  e PAIVA, C. A. (2014) “A Quantas Anda a Revolução Burguesa no Brasil?”. In: Almeida F. N e Calixtro, A. (Orgs). *Cátedras para o Desenvolvimento: Patronos do Brasil.* Rio de Janeiro: IPEA.

SILVA, C. B. (2015). *Corredores do Silêncio: territórios e territorialidades de resistência da cultura surda.* Porto Alegre: IGEO/UFRGS. (Tese de Doutorado)

**3) PESQUISADORES-MESTRES**

**3.1. Prof. Ms. Marcelo Reis.**

Bacharel em Direito, Advogado e Professor Universitário. Especialista em Direito do Estado pela UFRGS. Mestre em Desenvolvimento Regional pela FACCAT. Coordenador do Curso de Direito da UNICNEC-Osório e **Pró-Reitor de Relações Comunitárias** da mesma instituição. Atualmente, é **Presidente Conselho Regional de Desenvolvimento do Litoral Norte**.

**Bibliografia Básica:**

REIS, M. T. (2015) “Responsabilidade Patrimonial dos Sócios e do Empresário Individual na Falência de acordo com a Lei da EIRELI”. Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, Vol. 13.

REIS, M. T. (2015) *O Turismo como Elemento de Ocupação do Litoral Norte do Rio Grande do Sul: tendências ao turismo permanente*. Taquara: PPGDR-FACCAT (Dissertação de Mestrado)

REIS, M. T.; BURKHARD, D. e PIMENT, M. (2014) “Copa do Mundo FIFA e os impactos gerados nas empresas do setor turístico - Lei Geral do Turismo”. *Revista Direito, Cultura e Cidadania*, Vol. 4.

REIS, M. T. e SILVA, M. S. (2015) “Os requisitos para a realização da penhora sobre o faturamento da empresa nas execuções fiscais”. *Revista Síntese Direito Empresarial*, Vol. 43.

**3.2. Prof. Ms. Maximilianus Pinent**

Turismólogo (PUCRS) e Ms em Desenvolvimento Regional (FACCAT), Especialista em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas (FGV) e em Gerenciamento de Projetos (UnB). Atuou em planejamento estratégico, desenvolvimento de projetos e captação de recursos nas três esferas de governo. No ensino superior atuou na UNISC, na FACCAT e na UNIERGS na regência de aulas em Graduação, Pós-Graduação, Extensão, Assessoramento de Coordenação de Ensino, elaboração de atividades interdisciplinares e desenvolvimento implementação de projetos educacionais. [orcid.org/0000-0003-2481-890X](http://orcid.org/0000-0003-2481-890X" \t "_blank).

**Bibliografia Básica:**

PINENT, M. A. P. e VALDUGA, M. C. (2002) “O Rural como nova opção para o Turismo: Turismo Agroecológico no Lami” In: Turismo Agroecológico no Lami - O Rural como nova opção para o Turismo. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

PINENT, M. et al. (2014) “Plano de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Sul (201202015) e sua relação com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)”. Revista *Ciência & Conhecimento –* São Jerônimo: ULBRA.

PINENT, M. (2015) A Expressão Econômica do Turismo em Sistemas Alternativos de Mensuração da Geração Direta e Indireta de Emprego e Renda: um estudo empírico sobre o Litoral Norte Gaúcho do Rio Grande do Sul. Taquara: PPGDR-FACCAT. Dissertação de Mestrado.

PINENT, M. e MACHADO, A. (2017) “O turismo de bem-estar como possibilidade de desenvolvimento de um cluster turístico: a proposta do Vale Do Paranhana”. Revista Ágora. Vol.19. (Universidade Santa Cruz do Sul. Versão On Line)

PINENT, M. et al. (2017) *As interações na perspectiva do Turismo e da comunicação.* Porto Alegre: Ed. Perse, 2017.

**3.3. Prof. Ms. Vitor André Duarte**

Bacharel em Administração de Empresas e Mestre em Desenvolvimento Regional pela FACCAT. Tutor de Ensino a Distância nos cursos da área de Gestão da Universidade La Salle, em Capão da Canoa. Fundador e Diretor da Empresa **Sites-RS**, voltada ao desenvolvimento de sites e sistemas.

**Bibliografia Básica:**

DUARTE, V. A. (2015) *Potencialidades para o Desenvolvimento da Cidade de Osório: levantamento das atividades propulsivas ao desenvolvimento socioeconômico.* Taquara: PPGDR-FACCAT. (Dissertação de Mestrado).

DUARTE, V. A. e SILVA, J. F. (2015). “Sistemas Agroalimentares Localizados, Novas Ruralidades e a Indicação Geográfica como Ferramenta de Desenvolvimento Endógeno. In: I Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável, 2015, Matinhos/PR. *Diálogos Interdisciplinares em Desenvolvimento Territorial Sustentável: Políticas, Ecologias e Saberes* (Vol. 1). Matinhos: UFPR Litoral.

DUARTE, V.A. e PAIVA, C. A. (2017) “Análise das Cadeias Produtivas do Município de Osório à Luz dos Quocientes Locacionais.” In: Griebeler, M. et al. (Orgs.). *Desenvolvimento Regional em Perspectiva*. Porto Alegre: Editora Conceito.

**3.4. Prof. Ms. Juarez Camargo Borges**

Juarez Camargo Borges, formado em Administração pela Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC (2008). Mestre em Desenvolvimento Regional pela Faculdade Integrada de Taquara – FACCAT (2016). Docente no ensino superior no Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI, polo de apoio presencial em Capão da Canoa - RS.

**Bibliografia Básica:**

BORGES, J. C. O (2016) Mercado de Trabalho e a Qualificação do Trabalhador no Município de Capão da Canoa: a visão dos empregadores. Taquara: PPGDR-FACCAT. Dissertação de Mestrado.

BORGES, J. C. e SANTANA, F. C. (2017). *Empreendedorismo e o uso de novas tecnologias como abordagens metodológicas da educação empreendedora no ensino superior.* Vol. II, segunda edição. BRASÍLIA: SEBRAE. Vol. II.

**4) PESQUISADORES GRADUADOS**

**4.1. Allan Lemos Rocha**

Possui graduação em Estatística pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi bolsista do Projeto para o Desenvolvimento da Coesão Social através do Fortalecimento das Cadeias Produtivas (COCAP). Atuou como pesquisador adjunto no Planejamento Estratégico do APL Agricultura Familiar da Região Celeiro. Atualmente é Diretor de Finanças e Estatístico pela Paradoxo Consultoria. Tem experiência em análise de dados, coleta e tratamento de dados públicos (IBGE, Banco Central, INCRA, RAIS, etc.), produção de mapas temáticos, aplicação de testes estatísticos.

**Bibliografia Básica:**

ROCHA, A. L. et al. (2013) *Padrões de conflito e solidariedade em cadeias agroindustriais do RS : análise dos questionários para avaliação do capital social na pesquisa COCAP.* Porto Alegre - RS: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Heuser.

ROCHA, A. L.; PAIVA, C. A. N.THOMAS, G. . (2014) “Características Socioeconômicas da Região Celeiro do Rio Grande do Sul”. In: BASSO, D. e TRENNEPOHL, D. (Orgs.). *Planejamento Estratégico de Arranjos Produtivos Locais - Plano de Desenvolvimento do APL Agropecuário Familiar da Região Celeiro 2014-2020.* Ijuí: UNIJUI.

ROCHA, A. L.; PAIVA, C. A.; THOMAS, G. (2014) “A Competitividade Estrutural da Agroindústria do Leite no Rio Grande do Sul”. In: BASSO, D. e TRENNEPOHL, D. (Orgs.). *Planejamento Estratégico de Arranjos Produtivos Locais - Plano de Desenvolvimento do APL Agropecuário Familiar da Região Celeiro 2014-2020.* Ijuí: UNIJUI.

ROCHA, A. L.; PAIVA, C. A.; THOMAS, G. (2014). “Produção Agropecuária e Desenvolvimento Territorial”. In: BASSO, D. e TRENNEPOHL, D. (Orgs.). *Planejamento Estratégico de Arranjos Produtivos Locais - Plano de Desenvolvimento do APL Agropecuário Familiar da Região Celeiro 2014-2020.* Ijuí: UNIJUI.

ROCHA, A. L. e PAIVA, C. A. (2017) “Quociente Locacional”. In: GRIEBELER. M.P. et al. *Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos.* Porto Alegre: Conceito.

**4.2. Karla Janaína Teixeira**

Advogada pública na Câmara de Vereadores de Imbé, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUCRS, especialista em Direito Civil e Processual Civil pelo IDC, Mestranda em Desenvolvimento Regional pela FACCAT.

**Bibliografia Básica:**

TEIXEIRA, K.J. et al. (2017) “Patrimônio imaterial litorâneo: a privatização do pôr do sol em Imbé/RS”. In: *Anais da I Jornada de Estudos Étnicos e Migrações: perspectivas históricas e atuais.* Porto Alegre: Ministério Público Federal..

TEIXEIRA, K. J.; STAUDT, M. (2016) “A Contribuição de Imbé para o Desenvolvimento Regional”. *Revista São Luis Orione*, v. 10, n. 10.

**4.3. Jarbas Freitas da Silva**

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2000), com Especialização em Direito Civil e Processual Civil pelo Instituto de Desenvolvimento Cultural (2010). Mestrando em Desenvolvimento regional pela FACCAT. Atualmente atua como profissional liberal em advocacia e como professor no curso de Direito na UNICNEC em Osório, RS.

**Bibliografia Básica:**

SILVA, J. F. (2018) “Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural em Osório”. In: *Anais do Seminário de Desenvolvimento do Litoral Norte em Debate.* Osório: UFRGS - Campus Litoral Norte.

**B I B L I O G R A F I A**

AVRITZER, L. (2007). Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação. DADOS– Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, nº 3, pp. 443 a 464.

BENKO, G. e LIPIETZ, A. (orgs.) (1994). *As regiões ganhadoras. Distritos e redes: Os novos paradigmas da geografia econômica.* Oeiras, Celta Editora.

SANTOS, B.S (org. 2002). *Democratizar a Democracia.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BORGES, J. C. O (2016) *Mercado de Trabalho e a Qualificação do Trabalhador no Município de Capão da Canoa: a visão dos empregadores*. Taquara: PPGDR-FACCAT. Dissertação de Mestrado.

COCCO, G. et al. (orgs. 1999). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália.* Rio de Janeiro: DP&A Editora.

DUARTE, V. A. (2015) *Potencialidades para o Desenvolvimento da Cidade de Osório: levantamento das atividades propulsivas ao desenvolvimento socioeconômico*. Taquara: PPGDR- FACCAT. Dissertação de Mestrado, 2015.

FEHR, E. E SCHMIDT, K. (1999). A Theory of Fairness, Competition and Cooperation. In: *The Quaterly Journal of Economics.* Vol. 114, N. 3, August. ov. (The MIT Press).

FEHR, E. et. al.(2006). “Inequality Aversion, Efficiency, and Maximin Preferencies in Simple Distribution Experiments: Comment”. In: *American Economic Review* (december), PP 1912/1917.*.*

FURTADO, C. ([1959]1984). *Formação Econômica do Brasil.* São Paulo: Editora Nacional.

FURTADO, C. et al. ([1959]1997). Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste: Documento do GTDN. *Revista Econômica do Nordeste.* Vol. 28, n. 4 (out/dez).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (2003). *Panorama atual da governança corporativa no Brasil: relatório de pesquisa*. São Paulo: IBGC, 2003. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br>. Acesso em: mar. 2004

KRUEGER, G. (2003) Cooperativismo e o novo código civil. Belo Horizonte: Mandamentos.

LAUSCHNER, R. (1993) *Agribusiness, cooperativa e produtor rural.* São Leopoldo: Editora Unisinos.

NORTH, D. ([1955] 1977a). Teoria da Localização e Crescimento Regional. In: SCHWARTZMANN, J. (org., 1977). *Economia Regional: textos escolhidos.* Belo Horizonte: Cedeplar. Disp. http://territoriopaiva.com.br/referencias-teoricas/textos-classicos

NORTH, D. ([1959] 1977b). A Agricultura no Crescimento Econômico Regional. In: SCHWARTZMANN, J. (org. 1977). *Economia Regional: textos escolhidos*.Belo Horizonte: Cedeplar. Disp http://territoriopaiva.com.br/referencias-teoricas/textos-classicos

NURSE, E. G. (1928) *The legal status of agricultural co-operation.* New York: MacMillan.

PAIVA, C. A. (2013). *Fundamentos da Análise e do Planejamento de Economias Regionais.* Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu. Disp. em <http://www.pti.org.br/sites/default/files/fundamentos_da_analise_e_do_planejamento_1.pdf>

PAIVA, C; SILVA, C.B; RAMOS, M.; ROCHA, A. L; *Padrões de conflito e solidariedade em cadeias agroindustriais do RS: análise dos questionários para avaliação do capital social na pesquisa COCAP. 1. Ed. Porto Alegre – RS. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Heuser, 2013.*  Disponível para download em: <http://www.fee.rs.gov.br/publicacao/padrao-de-conflito-e-solidariedade-em-cadeias-agroindustriais-rs/>

PINENT, M. (2015) *A Expressão Econômica do Turismo em Sistemas Alternativos de Mensuração da Geração Direta e Indireta de Emprego e Renda: um estudo empírico sobre o Litoral Norte Gaúcho do Rio Grande do Sul*. Taquara: PPGDR-FACCAT. Dissertação de Mestrado.

PINHO, D. B. (2003) *O cooperativismo no Brasil*. São Paulo: Saraiva.

PUTNAM, R. ([1993] 1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.* São Paulo: FGV.

RAWLS, J. ([1971] 2000). *Uma Teoria da Justiça.* São Paulo: Martins Fontes.

REIS, M.T. (2015). *O Turismo como Elemento de Ocupação do Litoral Norte do Rio Grande do Sul: tendências ao turismo permanente.* Taquara: PPGDR-FACCAT, Dissertação de Mestrado.

SANTOS, B.S. (2002) Democratizar a democracia participativa / Boaventura de Sousa e Santos, organizar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANTOS, B. S. E AVRITZER, L. (2002) “Para ampliar o cânone democrático”. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SIMON, H.A. (1979). From substantive to procedural rationality. In: HAHN, F. e HOLLIS, M. *Philosophy and economic theory.* Oxford: Oxford University Press.

SIMON, H.A. (1980) A racionalidade do processo decisório em empresas. *Edições Multiplic.* Vol. 1. N. 1, Outubro.

SOUZA, P.R. (1980) Emprego, salários e pobreza. São Paulo: Hucitec: Fucamp.

VOLPE, M. (2010). *Proyecto Cocap: Indicadores de Capital Social*. Venecia: Fundación Venecia (mimeo).

VOLPE, M. e FUSER, H.(2010). *Proyecto Cocap: Vademecum por analisis de contexto.* Venecia: Fundación Venecia (mimeo: versión del 6 Octubre).

VOLPE, M (org. 2013). *O Projeto COCAP - Cooperação trans-regional entre Europa e América Latina: da competitividade econômica à coesão social.* Veneza: Região do Vêneto e Litostampa Veneta.

1. Veja-se, dentre outros, Benko e Lipietz (orgs.,1994) e Cocco (org.,1999) [↑](#footnote-ref-1)
2. A este respeito veja-se em especial Volpe e Fuser (2010), Volpe (2010) e Volpe (2013) [↑](#footnote-ref-2)
3. Vale observar que três dos quatro autores do referido relatório de pesquisa participam do GPLNRS e são signatários deste Projeto de Pesquisa: Carlos Aguedo Paiva, Claudionir Borges da Silva e Allan Lemos Rocha. [↑](#footnote-ref-3)
4. A este respeito veja-se Pinent (2015 – Disserta~ de mestrado) [↑](#footnote-ref-4)
5. Veja-se Dutra (2016 – Dissertação de mestrado) e Reis (2015 – Dissertação de mestrado) [↑](#footnote-ref-5)
6. Veja-se Borges (2016 – Dissertação de mestrado) [↑](#footnote-ref-6)
7. A este respeito, veja-se, em particular Duarte (2016 – Dissertação de mestrado) [↑](#footnote-ref-7)
8. A este respeito, veja-se Simon, 1979 e Simon, 1980 [↑](#footnote-ref-8)
9. O Modelo de Planejamento do Desenvolvimento Regional do PPGDR-FACCAT baseia-se exatamente na síntese e desenvolvimento das leituras de Furtado e North. A este respeito, veja-se Paiva, 2013. [↑](#footnote-ref-9)
10. É fundamental entender que, sempre quando operamos no âmbito da Economia Regional, a categoria “Exportação” significa produção e venda para o mercado externo à região, que pode ser – mas não precisa ser! – externo ao país. Para um produtor do RS, vender para São Paulo é “exportar” para outra região. [↑](#footnote-ref-10)
11. A este respeito, veja-se o Apêndice a este Projeto, na parte referente aos mini-currículos dos proponentes. A versão integral do currículo dos mesmo encontra-se na Plataforma Lattes. [↑](#footnote-ref-11)